

A Revolução Chinesa

Entre as estruturas e o acontecimento da libertação

The Chinese Revolution
Between structures and the eventual liberation

João Pedro Luques*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2026.174.012>



Wikimedia

Protesto estudantil de 4 de maio de 1919, primeiro ato de um processo de ascenso das lutas sociais que culminaria na fundação do Partido Comunista Chinês, em 1921

RESUMO

O presente artigo é uma proposta de análise da Revolução Chinesa (1949) a partir de uma matriz teórica constituída de uma dialética sem síntese entre a teoria marxista de matriz althusseriana e a teoria do acontecimento de Alain Badiou. Começamos sustentando a tese de que a China imperial constituía um conjunto de formações sociais dominadas pelo modo de produção tributário e que, durante o período de dominação imperialista, foi acoplada ao modo de produção capitalista. Segue-se uma análise dos impedimentos à libertação chinesa gerados por esse conjunto de estruturas e de como ela teve de assumir a forma de um acontecimento que começa com o Movimento Quatro de Maio e se desdobra na fundação do Partido Comunista Chinês e no estabelecimento do Exército Popular.

Palavras-chave: Revolução Chinesa. Althusser. Badiou. Mao Zedong. Modo de produção.

ABSTRACT

In this article, we propose to analyse the Chinese Revolution (1949) based on a theoretical framework consisting of an irreconcilable dialectics between Althusserian Marxist theory and Alain Badiou's theory of event. More specifically, we begin affirming the thesis that imperial China was constituted by a set of social formations dominated by a tributary mode of production that, during the period of imperialist domination, was coupled with the capitalist mode of production. This is followed by an analysis of the impediments to Chinese liberation generated by this set of structures and how this liberation had to take the form of an event that began with the May Fourth Movement and unfolded in the founding of the Chinese Communist Party and the establishment of the People's Army.

Keywords: Chinese Revolution. Althusser. Badiou. Mao Zedong. Mode of production.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um herdeiro rebelde da seguinte tese de Décio Saes: há uma “diferenciação incisiva das leis que regeriam o processo de reprodução das sociedades humanas e das leis que regeriam a transição de uma forma particular de sociedade humana a outra” (Saes, 2003, p. 250). Uma posição polêmica, mas que, pela sua coragem em *postular uma paraconsistência no seio do continente teórico descoberto por Marx*¹, constitui um dos mais promissores caminhos para o desenvolvimento do marxismo no século XXI. Mesmo que não tenha sido essa a intenção de Saes, *sua tese divide o marxismo em dois*, e levá-la verdadeiramente a sério implica assumirmos que o marxismo não é formado por uma, mas por pelo menos duas grandes problemáticas sem síntese. Aqui nos lembramos da poética imagem evocada por Althusser (2006) segundo a qual a teoria de Marx é como um *ticket* de metrô de Paris — durante a viagem, ao ultrapassarmos certo limite do trajeto, somos alertados: “Além deste limite seu ticket não vale mais”. Então sabemos que é hora de pegar outro bilhete, outra problemática. Para nós, seguindo a pista de Saes, a *transição* entre modos de produção é um desses limites.

Já mencionamos os motivos de nos considerarmos herdeiros da tese de Décio Saes. E não somente herdeiros, mas herdeiros *rebeldes*, por não concordar com a sua explicação específica sobre os mecanismos da cisão entre os dois domínios teorizados pelo marxismo (a reprodução e a transição de modos de produção). Para ele, o que marca o corte e instaura a passagem de um mundo a outro são as “transformações econômicas”. É como se tais transformações, “por repercutirem em cadeia e influenciarem os diversos elementos componentes do sistema econômico” (Saes, 2003, p. 254), gerassem uma espécie de desencaxe nas estruturas vigentes que possibilitaria que “os grupos em situação subalterna no processo de produção visualizem finalmente a relação entre a sua situação e as características gerais do sistema” (Saes, 2003, p. 254). Para nós, há uma outra explicação, um tanto mais frutífera, para como se sai das leis da reprodução e entra-se em uma outra axiomática social: a partir de um *acontecimento*², tal como teorizado por Alain Badiou.

Sendo ainda mais claros, para nós o marxismo se divide em dois grandes domínios: 1) análise dos modos de produção, das suas estruturas, de sua reprodução e de seus efeitos nas formações sociais (domínio em que se encontra a maioria das reflexões de peso do que entendemos por marxismo: as de Marx, Engels, Althusser, Poulantzas, Pierre Philippe Rey, Samir Amin e Décio Saes, entre outros); 2) análise dos acontecimentos a partir dos quais emergem novas estruturas (domínio um tanto mais restrito, onde encontramos importantes contribuições práticas — Lênin, Mao —, mas que foi de fato teorizada por um conjunto muito menor de pensadores: Althusser, Alain Badiou, Jacques Lacan e alguns poucos outros).

Neste artigo buscaremos defender essa nossa leitura polêmica da tese de Saes de uma forma específica: não teorizando como ela funcionaria em abstrato, mas mostrando-a em funcionamento, mediante sua aplicação à análise de um objeto específico: a Revolução Chinesa. As próximas seções do presente artigo encadeiam-se segundo o seguinte caminho: começamos indicando brevemente o que consideramos serem os traços centrais do modo de

¹ Aproveito para agradecer a Alexandre Vasilenskias, que, em nossas conversas, me convenceu a pensar o marxismo nesses termos.

² Definiremos esse conceito e os demais que mencionamos nesta introdução assim que os mobilizarmos nas análises.

produção dominante na China imperial, isto é, o *modo de produção tributário*³ (MPT); em seguida, buscamos mostrar como, a partir da Guerra do Ópio, o capitalismo gradativamente se acoplou ao MPT, causando uma série de efeitos no campo das práticas sociais, efeitos estes que, como também tentamos ilustrar, atuaram no sentido de bloquear as possibilidades revolucionárias na formação social chinesa; em seguida, apoiando-nos na teoria de Alain Badiou, tentamos demonstrar como o rompimento de tal bloqueio às forças revolucionárias só foi possível através da produção de um certo afastamento em relação às estruturas dominantes do MPT (afastamento esse proporcionado pela instituição da Universidade de Pequim), a partir do qual se produziram as condições para um *acontecimento*: o famoso protesto de 4 de maio de 1919; finalmente, defendemos a tese de que somente a partir da realização de um trabalho político sobre as consequências desse acontecimento foi possível o surgimento das estruturas responsáveis por, finalmente, realizar a Revolução Chinesa de 1949: o Partido Comunista Chinês e o Exército Popular de Libertação.

2. MODO DE PRODUÇÃO TRIBUTÁRIO E A CHINA IMPERIAL

A China imperial, do surgimento da dinastia Zhou (século X a.C.) ao colapso da dinastia Qing, em 1912, é um dos mais ilustrativos exemplos de uma *formação social*⁴ dominada pelo que Amin (2009) chamava de *modo de produção tributário*⁵ (MPT). De maneira sumária, tal conceito denota uma certa estrutura que inclui a existência de classes e Estado mas, ao mesmo tempo, *não é capitalista*. Em outras palavras, diferentemente do *modo de produção capitalista* (MPC), que possui mecanismos de poder imanentes à própria estrutura econômica (a propriedade dos meios de produção, por exemplo) e que, dessa forma, pode realizar a extração do sobretrabalho (mais-valia) de forma *relativamente* autônoma perante o Estado, o modo de produção tributário depende da intervenção direta do poder político e da ideologia. Depende da “extração de sobreproduto [...] obtida por meios não econômicos” (Amin, 2009, p. 227, tradução nossa). Trata-se de um modo de produção que se assenta na contínua transferência do trabalho de massas camponesas às classes dominantes *na forma*

3 Também na próxima seção forneceremos uma definição para tal conceito.

4 Alguns esclarecimentos conceituais: mobilizaremos exaustivamente neste escrito a diferença entre *estrutura* e *situação*. Nesse sentido, seguindo Alain Badiou, entendemos *estrutura* como aquilo que determina quais são os elementos de uma situação: “A estrutura de uma situação é o que a especifica enquanto situação particular, isto é, o que garante que ela apresente certos elementos e não outros. [...] Uma situação é simplesmente o resultado de tal estruturação” (Badiou *apud* Hallward, 2003, p. 94, tradução nossa). No domínio da teoria política marxista de corte althusseriano que aqui nos orienta, quando usarmos o conceito de *formação social*, o faremos para nos referir às diferentes situações (China do início do século XX, China do Período dos Estados Combatentes etc.), e quando falarmos de modos de produção ou suas estruturas, o faremos para nos referir às estruturas que determinam as formações sociais (as situações).

5 Por tratar-se de um conceito relativamente desconhecido na tradição marxista, gostaríamos aqui de fazer algumas breves e esquemáticas demarcações teóricas. Em primeiro lugar, o conceito de modo de produção tributário não se identifica com o de *modo de produção asiático*, uma vez que este, como explica Marx (2016), pressupõe a existência de um conjunto de comunidades agrícolas virtualmente autônomas sobre as quais ergue-se um Estado (“despotismo oriental”) que as domina; o MPT, por sua vez, não demanda essa produção coletiva ou comunitária, podendo coexistir sob outras modalidades de propriedade da terra. Em segundo lugar, no que tange aos conceitos de *modo de produção feudal* e *modo de produção escravista*, o MPT constitui um conceito rival. Para Amin (2009), não existe modo de produção feudal nem modo de produção escravista. Para ele, o feudalismo nada mais é do que o resultado da existência de formações sociais (geralmente periféricas) nas quais o MPT coexiste com (e domina) modos de produção primitivos de propriedade coletiva da terra, e o escravismo nada mais é do que a existência de formações sociais nas quais o MPT encontra-se em crise e desenvolvem-se elementos do modo de produção capitalista.

Ao se chocar com outros modos de produção, o modo de produção capitalista nem sempre seguiu o poético caminho esboçado por Marx e Engels de destruir “todas as relações feudais, patriarcais, idílicas”

de tributos pagos aos senhores de terras e, em última instância, ao Estado, na “oposição entre exploradores tributadores e produtores camponeses explorados” (Amin, 2009, p. 237, tradução nossa).

Isso dito, mergulhemos um pouco na análise de alguns elementos manifestados pelas formações sociais chinesas ao longo de sua história milenar e verifiquemos como o modo de produção tributário estruturou o grande Império do Meio (defender, como nós fazemos, a tese de que todo o período dinástico se deu sob o domínio do MPT não implica, de maneira nenhuma, encampar teses que postulem a estagnação ou a imobilidade da China⁶).

Primeiramente, no que tange à classe dominada no modo de produção tributário, as massas camponesas, no caso chinês, eram exploradas tanto por senhores de terra quanto pela máquina estatal⁷, e com ambas essas formas de exploração variando suas manifestações específicas em função do tempo. O longo período dinástico tanto testemunhou o predomínio da extração de excedente na forma da imposição ao camponês do trabalho nas terras dos senhores (dinastia Zhou ocidental) como viu a lenta substituição dessa exploração pela extração de uma quota de produtos (Chen, 1966, p. 28), e o Estado chinês tanto já teve suas rendas garantidas por uma pluralidade de tributos como já atuou, durante a dinastia Ming, concentrando a esmagadora maioria de sua arrecadação no “imposto do chicote único”⁸. Enfim, um vasto conjunto de modificações, variações, especificidades, mas sempre sob o jugo da estrutura do MPT: o fato de as massas camponesas sustentarem os “exploradores tributantes” e, em última instância, o Estado com seu excedente.

Passemos agora ao outro polo do MPT. No que diz respeito ao grande concentrador desses tributos, o Estado, podemos nos aproximar de algumas de suas “especificidades”, manifestadas nas formações sociais chinesas, ao concebê-lo como uma dialética entre dois elementos estruturais, *o imperador e a burocracia*.

Imperador: comecemos esquematicamente nos remetendo às distintas posições defendidas no conhecido embate entre as escolas confuciana e legalista sobre o tema do

⁶ Nas palavras de Althusser (2020, p. 26, tradução nossa), “existem na história estruturas relativamente estáveis que, mesmo sob mudanças que as afetam, subsistem por longos períodos. Podemos ir ainda mais longe e sustentar que essas mudanças [...] são produzidas *por* essas estruturas estáveis — não enquanto expressão gratuita delas, mas enquanto meios de produzir e reproduzir sua estabilidade”.

⁷ Claro, os próprios senhores de terra também pagavam tributos ao Estado chinês, mesmo considerando que, como era de esperar, às “famílias ricas eram dados termos mais favoráveis [...], dependendo do quão influentes elas eram” (Chesneaux, 1976a, p. 18, tradução nossa).

⁸ Importante unificação tributária feita no século XVI, esse grande imposto correspondeu, em alguns momentos, a três quartos da renda do governo central (Chesneaux, 1976a, p. 17).



Universidade de Pequim, 1901

fundamento do poder monárquico. Para a escola de Confúcio, a legitimidade do monarca se assentava, acima de tudo, em sua virtude⁹, isto é, no seu respeito às tradições, aos ritos. Contrariamente, para os legalistas, o poder monárquico *nada tinha a ver com a pessoa do rei*, sendo, na realidade, *um lugar na estrutura do Estado, a posição, nos cumes da máquina estatal, de onde emana o poder* (Jullien, 2017). Para eles, pouco importava quem era o homem que a ocupasse, pois o poder advinha da sua posição: encarnando-o, era rei, sem ele, não era nada. Nas palavras de Han Fei (o mais importante teórico legalista):

Um peso de mil chuns, se colocado sobre um navio, flutua; mas a menor moeda afunda se jogada ao mar. Não que mil chuns sejam leves, nem que a menor moeda seja pesada, mas o peso de mil chuns tinha uma posição favorável, enquanto a moeda não a tinha. [...] O pequeno pode, pela sua localização, se elevar acima do alto; o homem indigno pode, pela sua posição, governar o digno (Han, 1939, p. 276, tradução nossa).

Bom, em face desse debate, nos *posicionamos* ao lado do legalismo. Acreditamos que suas teses são mais frutíferas e são elas que incorporamos de maneira crítica para o entendimento de alguns efeitos causados pela estrutura do Estado chinês. Mais especificamente, tal incorporação crítica de algumas de suas teses é aqui fundamental por nos permitir o entendimento teórico do fenômeno das *sucessões dinásticas*, isso é, o fato, notório e constante ao longo de milênios de história, de que, “quando uma dinastia se torna fraca e incapaz de manejar os negócios do Estado”, uma outra força social, muitas vezes “um bandido capaz de consolidar suas forças, podia virar um candidato ao poder dinástico, e às vezes até mesmo

⁹ “A virtude é o que diferencia os governantes dos governados. Os confucianos acreditavam que as pessoas eram naturalmente capazes de reconhecer e responder de modo positivo àqueles que se distinguiam por seus valores e comportamentos” (Sinedino, 2015, p. 53).

o fundador de uma nova dinastia”¹⁰ (Wolf, 1999, p. 108, tradução nossa). Vejamos como as teses da escola legalista ajudam a nossa análise.

Em nossa leitura dos aportes do legalismo, a troca de dinastias pode ser tomada como *um efeito estrutural do Estado chinês*. O lugar de imperador é, como já dissemos, o ponto mais alto da máquina estatal, se caracterizando, dessa forma, por uma relação de *oposição* aos demais agentes: “[A] ascendência do príncipe cresce proporcionalmente à distância que sabe manter entre ele e seus súditos”¹¹ (Jullien, 2017, p. 57). Ora, à medida que, por alguma razão, a dinastia se enfraquece, que o imperador perde poder, ele se afasta cada vez mais desse lugar, abrindo a possibilidade de uma sucessão dinástica, em decorrência de revoltas maciças orientadas “[n]ão para derrubar o trono, mas para usurpá-lo, tomando simplesmente o lugar de seu detentor” (Jullien, 2017, p. 56, grifos nossos). A “função imperador” é um precioso exemplo do que Althusser chamou de “uma estrutura antagônica [que] não pode se manter estável [...] sem produzir mudanças [...] como um meio de perpetuar sua estabilidade” (Althusser, 2020, p. 27, tradução nossa, grifos originais).

Isso dito sobre o imperador, avancemos para o outro elemento estrutural.

Burocracia: um pouco depois do Período dos Estados Combatentes (séculos V a.C.-III a.C., quando, após o colapso da dinastia Zhou, a China se fragmentou num conjunto de pequenos reinos em guerra), o país volta a se unificar, e começa a se tornar patente para os novos imperadores a necessidade de uma burocracia: “[P]ara assegurar o funcionamento estatal e centralizado do qual emanava sua força, o novo império precisava do apoio de uma burocracia cada vez mais desenvolvida, que só poderia ser recrutada nos círculos letrados, herdeiros da tradição confuciana” (Jullien, 2017, p. 83). Assim, gradativamente, vai emergindo o outro elemento estrutural do Estado chinês: *a burocracia*. Dotada de privilégios como isenção de vários tributos e vestuário característico e responsável por trabalhos como supervisão, abastecimento de grãos, resolução de disputas locais, cerimônias religiosas, aconselhamento ao imperador, entre outras coisas, essa burocracia aos poucos se converteu numa engrenagem indispensável à máquina estatal (Wolf, 1999, p. 104). E, se a constituição de uma burocracia em uma formação social pré-capitalista não é motivo para grandes surpresas (*vide* os escribas egípcios, por exemplo), a burocracia chinesa tinha um traço singular e, esse sim, surpreendente: *ela se organizava por via do burocratismo*¹², ou seja, ao menos desde a dinastia Song (séculos X d.C.-XIII d.C.), a única forma de ingresso à burocracia, seja nos cargos menores, locais, seja nos cargos centrais, era por meio de exames, concursos abertos a toda a população (Schwarcz, 1976, p. 77), *inclusive camponeses*¹³.

E, para além de seu papel indispensável na máquina estatal e de sua organização interna peculiar no pré-capitalismo, a burocracia chinesa tinha mais um elemento digno

10 É o que os confucianos entendem a partir de sua teoria do mandato celestial, a teoria segundo a qual “se o imperador se *desviasse do caminho da virtude*, Tudo Sob o Céu ruiria no caos. [...] A dinastia existente seria vista como tendo perdido o ‘Mandato Celestial’ pelo qual possuía o direito de governar: as rebeliões seriam deflagradas e uma nova dinastia restauraria a Grande Harmonia do universo” (Kissinger, 2011, p. 33, grifo nosso).

11 Não é por outro motivo a existência de um pesado conjunto de protocolos e tabus que virtualmente isolavam o imperador na cidade proibida.

12 Conceito (formulado por Nico Poulantzas e reorganizado e sistematizado por Décio Saes) que denota uma organização interna das forças estatais a partir de dois princípios: 1) não monopolização das tarefas do Estado; 2) organização hierárquica e despótica dos cargos burocráticos (Saes, 1998) — ambos elementos presentes na estruturação da burocracia chinesa.

13 “Os exames eram abertos a todos e há exemplos de camponeses que alcançaram as mais altas honras” (Chesneau, 1976a, p. 15-16, tradução nossa).

de nota: ela era portadora de uma certa “identidade chinesa”, sustentava um certo tipo de “unidade ideológica da formação social”. Isso por duas razões: 1) por deter praticamente o monopólio da linguagem escrita e da “cultura oficial”¹⁴; 2) por ser o principal elemento de continuidade num Estado constantemente assolado por disputas dinásticas¹⁵.

3. ACOPLAMENTO: QUANDO O MODO DE PRODUÇÃO TRIBUTÁRIO SE ENCONTRA COM O CAPITAL

Ao se chocar com outros modos de produção, o modo de produção capitalista nem sempre seguiu o poético caminho esboçado por Marx e Engels de destruir “todas as relações feudais, patriarcais, idílicas” (Marx; Engels, 2005). Na realidade, ao se encontrar com colossais formações sociais tributárias durante as empreitadas coloniais, ele foi, por via de regra, em sentido oposto: “[A]s estruturas sociais correspondentes aos modos de produção pré-capitalistas não desapareceram de forma nenhuma e foram, na maior parte do tempo, reforçadas” (Rey, 1973, p. 13, tradução nossa). O acoplamento com o MPC por si só não garante a superação de elementos pré-capitalistas, muito pelo contrário: “[O] desenvolvimento de relações de exploração capitalistas acompanha, necessariamente, o desenvolvimento de relações de exploração próprias aos modos de produção anteriores” (Rey, 1973, p. 17, tradução nossa)¹⁶.

Como tentaremos mostrar nesta seção, foi exatamente esse o destino da China ao se encontrar com o MPC.

Quando a Inglaterra, a primeira formação social capitalista *stricto sensu*, de fato consolidou seu MPC, não tardou em buscar ampliar seu comércio com a China (a maior potência econômica mundial da época, com um PIB sete vezes maior que o da Grã-Bretanha (Kissinger, 2011, p. 59). Já em 1793, o lorde George Macartney foi enviado pela Coroa ao país, com a missão diplomática de estreitar laços e aumentar o comércio com os chineses, missão esta fracassada. A resposta chinesa foi a de habilmente repelir essa primeira tentativa de aproximação do capitalismo inglês¹⁷. Por via de regra, a China até aceitava comércio com os países europeus, mas em condições bastante determinadas. A troca comercial somente era permitida sob os ditames de um rígido protocolo, estabelecido já em meados do século XVIII, que determinava que essas trocas se dariam apenas por um porto previamente selecionado para esse fim, o porto de Cantão, no qual algumas firmas autorizadas teriam autorização para atuar em regime de monopólio do comércio com o Ocidente (Chesneaux,

¹⁴ Sobre isso, *vide* Amin (2014), em especial o capítulo 6.

¹⁵ Até o século XX, em toda troca dinástica, mesmo que por invasão externa, bastava uma nova dinastia assumir e, prontamente, a burocracia aparecia, “oferecia seus serviços e apelava aos conquistadores com a premissa de que uma terra tão vasta e única como a que haviam acabado de dominar só poderia ser governada pelos métodos chineses, pela língua chinesa e pela burocracia chinesa preexistente” (Kissinger, 2011, p. 39). Em pouco tempo, os novos soberanos eram completamente fagocitados pelo Estado chinês: “[A] cada geração, os conquistadores se viam cada vez mais assimilados à ordem que haviam buscado dominar” (Kissinger, 2011, p. 39).

¹⁶ Um esclarecimento — como aponta Rey (1973), há, sim, casos em que a contradição entre modos de produção de fato se manifesta com mais força: quando o acoplamento entre um MP pré-capitalista e o MPC se dá por meios que vão além da mera circulação, isto é, quando são investidos capitais nos países colonizados ou dependentes e forma-se um capital produtivo local (ele usa a expressão de Marx: quando o capital “cria raízes”). Não exploraremos aqui essa possibilidade, pois ela vai muito além de nosso objetivo: uma análise panorâmica e esquemática dos efeitos do MPC na formação social chinesa.

¹⁷ Os chineses trataram as mercadorias inglesas ofertadas como tributos de um país bárbaro qualquer e educadamente recusaram a proposta inglesa de instalar uma embaixada em Pequim (Kissinger, 2011).

Era mais uma *invasão do futuro*. Um nacionalismo absolutamente diferente do nacionalismo da burocracia. Até então inexistente em uma formação social dominada pelas estruturas vigentes na China e cozinhado dentro do *sítio acontecimental* da Universidade de Pequim, esse novo nacionalismo ocupava o símbolo do poder estatal e de lá falava às massas

1976a, p. 49-50). A circulação de mercadorias desse comércio, fraca, protocolar e limitada, se mostrou completamente insatisfatória para as potências capitalistas. A pressão sobre a China crescia a cada ano, e, se no final do século XVIII o Império do Meio conseguiu repelir as propostas de Macartney, não teria a mesma sorte nos anos seguintes.

Ocorre que a discrepância militar entre a China e as potências ocidentais era colossal¹⁸, de maneira que, a partir do século XIX, valendo-se de sua primazia militar, elas facilmente conseguiram forçar o acoplamento do MPT chinês com o capital. O Império Chinês acumulava derrota militar atrás de derrota militar (Primeira Guerra do Ópio, Segunda Guerra do Ópio, Guerra Sino-Francesa, Guerra Sino-Japonesa), e após cada humilhação via-se constringido a abrir-se mais ao MPC. Já depois da Primeira Guerra do Ópio, em 1842, o monopólio de Cantão foi abolido e foram destinados mais quatro portos para o comércio com o estrangeiro: Xangai, Ningbo, Amoy e Fuzhou. Em 1870, algumas humilhações depois, já havia 15 portos, que aumentaram para 20 em 1876, e o número continuou crescendo (Chesneaux, 1976a). E, pior, muitas vezes essas regiões portuárias não eram meramente lócus de comércio, em várias delas todo um vasto território em volta convertia-se numa *concessão internacional*, ou seja, uma área sobre a qual o Império Chinês não detinha mais soberania. Em Xangai, o mais emblemático exemplo de uma concessão internacional, a administração era feita por um conselho eleito por estrangeiros, a polícia era formada por estrangeiros e as leis chinesas não valiam para estrangeiros. Eram verdadeiras “terras de ninguém, livres do controle das autoridades chinesas regulares e desligadas da China” (Chesneaux, 1976a, p. 70, tradução nossa).

18 Já em 1793, Macartney dizia que “umas poucas fragatas inglesas excederam em poderio a inteira potência naval” do império chinês (Macartney *apud* Kissinger, 2011, p. 59).

Pensamos acontecimento enquanto aparecimento, em uma formação social, de um elemento que não pertence às estruturas vigentes, que é *efeito de uma estrutura que ainda não surgiu*. Os jovens que ocuparam Tiananmen em 4 de maio e falaram ousadamente às massas não são um efeito das estruturas do Estado chinês em declínio, acoplado ao modo de produção capitalista. Eles eram suporte de uma China liberta ainda por vir

E conforme o MPC aumentava sua penetração sobre a China, conforme ele se acoplava à formação social tributária chinesa, esta sofria um conjunto de efeitos. Vejamos os principais.

1) Crescia nessas regiões portuárias uma *burguesia compradora*, uma fração burguesa comercial que se formava pelo contato com as potências ocidentais e cujos agentes, por tratar-se de uma classe com interesses econômicos na penetração do capital estrangeiro, acabavam atuando como um verdadeiro “apêndice da burguesia internacional e do imperialismo” (Mao, 1972, p. 8, tradução nossa).

2) A classe dos senhores de terra e os membros da burocracia estatal, impressionados com o MPC, passaram a investir seus rendimentos em indústrias capitalistas, convertendo-se “simultaneamente [em] burocratas e empresários”, membros de uma fração de burgueses “fortemente conectados com o velho regime” (Chesneaux, 1976a, p. 306, tradução nossa). A esses capitais mais locais, muitos com algum nível de contradição com o imperialismo, a tradição maoista nomeou *burguesia nacional*.

3) Além da imposição de abertura ao seu capital, as potências estrangeiras também exigiam crescentes “indenizações” do Estado chinês pelo crime de as ter desafiado militarmente. Dispondo de uma renda anual de cerca de 40 milhões de taéis¹⁹, a China teve de se comprometer a pagar absurdos valores de “5 milhões de taéis pela Guerra do Ópio, 200 milhões de taéis pela Guerra Sino-Japonesa e 450 milhões de taéis pela Revolta dos Boxers” (Chesneaux, 1976a, p. 18, tradução nossa), fato este que levou as finanças do Estado à ruína, forçando-o a tomar crescentes empréstimos dessas mesmas potências.

4) Tanto o capital necessário para os investimentos por parte dos senhores de terra quanto o dinheiro para pagar as indenizações e empréstimos às potências estrangeiras eram obtidos a partir de uma única fonte: *a exploração pré-capitalista da massa camponesa*. Cresciam tanto os tributos quanto a crueldade dos senhores de terra, de forma que cada vez mais camponeses eram jogados na fome e no desespero. Chen Po-ta, em seu importante estudo sobre

¹⁹ Tael era a moeda chinesa, e seu valor correspondia a cerca de 40 gramas de prata.

a renda da terra na China pré-libertação, dá alguns números que nos ajudam a conceber o nível de exploração praticado à época: segundo ele, em 1911 (último ano do Império Chinês), enquanto um camponês prussiano pagava entre 3,5% e 3,7% de renda da terra, *um camponês chinês da província de Shantung pagava 18,5%* (Chen, 1966, p. 52).

Em suma, como mostram esses quatro elementos supracitados, o acoplamento do MPT chinês ao MPC se deu majoritariamente por via da circulação (comércio, indenizações e empréstimos), causando o efeito de aprofundar relações de exploração pré-capitalistas (baseadas em renda e tributos).

4. O LENTO DECLÍNIO

Assolado por dívidas e gradativamente perdendo a soberania em territórios cada vez mais amplos, o milenar Estado chinês parecia lentamente colapsar. Lentidão esta, aliás, digna de nota, pois, considerando-se a discrepância militar entre a China e seus invasores, as humilhações, apesar de significativas, foram menores do que poderiam ter sido. Além do fato de que, no final das contas, a dinastia Qing conseguiu realizar o feito nada desprezível de manter o império unificado até sua queda, em 1912. Dois fatores explicam essa resiliência ao colapso. Por um lado, há que destacar o mérito da burocracia imperial e sua antiga estratégia de “uso de bárbaros para conter bárbaros” (Kissinger, 2011, p. 37), isto é, a capacidade de manejar a seu favor as contradições de seus inimigos — chamar a Inglaterra para antagonizar a Rússia, convidar mais de um país para administrar uma mesma concessão internacional, dentre outros fatores (Kissinger, 2011). Por outro lado, devido a seus próprios objetivos — extrair divisas pelo comércio, dívidas e empréstimos —, os países ocidentais, calculando que seria mais difícil realizá-los num país jogado no caos, acabaram chegando “à conclusão de que tinham muito a perder com a queda da dinastia” (Kissinger, 2011, p. 72). Mesmo minando aos poucos a soberania dos Qing, o imperialismo ocidental jamais foi até o ponto de apoiar uma destituição dinástica.

Entretanto, mesmo que lento, o colapso se tornava cada vez mais presente. Durante os últimos anos da última dinastia não mais se tentava evitar, mas sim “administrar o declínio” (Kissinger, 2011). Não à toa, em 1912 o império de fato caiu, dando lugar a uma república fortemente militarizada, que, após a morte de seu líder, Yuan Shikai, em 1916 acabou se dividindo em diversos domínios de senhores da guerra, mergulhando a China num “novo Período de Estados Combatentes” (Kissinger, 2011, p. 99).

Mas por que o máximo que o Império do Meio era capaz de fazer era desacelerar a decadência? O que faltou à monarquia Qing (e, posteriormente, à república) para enfrentar com sucesso as forças imperialistas? Hoje, *a posteriori*, sabemos que a única estratégia que de fato funcionou para unificar e salvar a China foi a de ativar politicamente as massas camponesas. A simples nomeação dessa estratégia já ilumina as razões da impotência do antigo Estado chinês: qualquer ativação das massas camponesas era totalmente interdita pelas estruturas do MPT. O Estado tributário chinês só era capaz de conceber os camponeses como máquinas a trabalhar no campo²⁰. É precisamente por isso que, nas tentativas fracassadas de reforma na dinastia Qing, quando o governo tentou “jogar o jogo’ da modernização”, ele o fez exatamente a partir de “recursos de uma economia acentuadamente pré-industrial e de um sistema fiscal arcaico”, isto é, “em última análise, a partir dos impostos pagos pelo campesinato” (Chesneaux,

²⁰ A mesma consideração também se aplica à República e aos posteriores domínios dos senhores da guerra.



Autoridades chinesas de Cantão supervisionam destruição de ópio britânico importado da Índia. Gravura de 1839

1976b, p. 57-58, tradução nossa). Como alguém que quer ir ao norte mas pega um trem para o sul, tudo o que um governo estruturado pelo MPT podia fazer era tentar se libertar oprimindo ainda mais a única força capaz de sustentar essa liberdade²¹.

E os camponeses? Longe de qualquer imagem idílica ou pacifista, o campesinato chinês era uma classe rebelde, com tendências a se organizar em sociedades secretas inspiradas em ideologias contestadoras do confucionismo oficial (daoísmo e budismo, principalmente) (Wolf, 1999, p. 112), e, diferente da burocracia que costumava olhar com desprezo para questões militares, era portadora de um *ethos* guerreiro, adoradora de “deidades dotadas de títulos militares e [...] com] tendência a ver com simpatia os homens violentos” (Wolf, 1999, p. 107, tradução nossa).

Entretanto, tal espírito rebelde camponês era limitado pelo já discutido efeito estrutural do Estado chinês de canalizar revoltas populares na forma de substituições dinásticas. Tomemos como exemplo as duas maiores revoltas camponesas do século XIX, a Rebelião de Taiping (1850-1864) e a Revolta dos Boxers (1899-1901).

No primeiro caso, deu-se uma enorme movimentação camponesa, inspirada por uma leitura herética do cristianismo, que, nos primeiros anos de luta, travou uma implacável guerra de movimento contra a dinastia Qing. Contudo, estruturas são implacáveis. Rapidamente a liderança passou a seguir a lógica da estrutura imperial, e esse movimento de tão alto vigor começou a se exaurir. O movimento rebelde se instalou em Nankin e, como manda a lógica dos lugares do Estado, buscou fundar uma nova dinastia: “[U]ma capital, um sistema político, uma administração burocrática [...] e] uma camada dirigente que rapidamente se tornou privilegiada” (Chesneaux, 1976b, p. 34, tradução nossa). E bastou se estabelecer para o novo governo passar ativamente a desmobilizar a rebeldia camponesa: “[A]gora sujeito de um go-

²¹ Outro exemplo máximo dessa mesma contradição: diversas tentativas de reforma interna no final do século XIX foram lideradas por ninguém menos do que Li Hongzhang, o grande responsável por *reprimir brutalmente uma série de revoltas camponesas*, como as de Taiping e Nian (Spence, 1990, p. 218).

verno, e não mais força motriz de um movimento [...], o campesinato] deveria pagar impostos e taxas, atender às requisições e aos recrutamentos” (Chesneaux, 1976b, p. 34, tradução nossa). Como era de esperar, a massa camponesa passou do apoio à indiferença à Rebelião de Taiping, culminando na supressão da revolta pelas mãos das tropas imperiais.

Já no caso dos *boxers*, nome dado à revolta que começou com a mobilização de sociedades secretas místicas de praticantes de artes marciais cujos membros acreditavam ser invulneráveis a espadas ou balas (Spence, 1990, p. 231) e que rapidamente ganhou apoio da ampla massa camponesa, o caso é ainda mais explícito, uma vez que se trata de uma revolta *abertamente pró-dinastia Qing*. Sua palavra de ordem mais popular era “Reviver os Qing, destruir os estrangeiros” (Spence, 1990, p. 232, tradução nossa). Não à toa, os Qing até apoiaram os *boxers*, mas quando tropas estrangeiras marcharam a Pequim para reprimir o movimento, a corte fugiu da capital, deixando os *boxers* sozinhos diante das tropas estrangeiras e forçando-os, em última instância, a desistir da rebelião e assinar um acordo de paz (Spence, 1990, p. 235).

5. OS LIMITES DAS ESTRUTURAS

Sintetizemos teoricamente o quadro exposto nas duas seções anteriores. Se um modo de produção é a *estrutura*, a axiomática, que determina o que pode ou não *existir*²² numa dada formação social, a estrutura da formação social chinesa no período de penetração do capitalismo (ou seja, a articulação entre MPT e MPC) não permitia a *existência* de nenhuma força social capaz de impedir seu declínio. As forças do Estado eram fracas pois interdavam a possibilidade de mobilizar os camponeses, e estes eram fracos pois só se revoltavam sob a lógica da substituição dinástica. Um circuito fechado. Entretanto, por mais estranho que possa parecer, constatar uma tal situação não precisa ser sinônimo de ventilar teses deterministas ou catastrofistas. Afirmar que há impedimentos estruturais para uma dada transformação não é o mesmo que afirmar sua impossibilidade, destacar tais limites implica apenas que uma mudança efetiva passa a depender de um *acontecimento*, isto é, um produto aleatório, “um resultado imprevisível da chance e somente dela” (Hallward, 2003, p. 114, tradução nossa), em virtude do qual o ciclo de repetição das estruturas é momentaneamente interrompido e, num *flash*, a situação é invadida por um elemento estranho à sua estrutura, um elemento alienígena que, posteriormente, se revela pertencente a uma outra estrutura por vir.

22 Para Badiou (2022), há uma distinção entre os domínios do “ser” e do “aparecer”. E, dessa forma, para ele, a existência é o *que*, de determinado ser, as estruturas levam ao nível do aparecer. Mobilizemos, para nos fazer entender, um exemplo dado por Badiou (2022, p. 151): o MPC é uma estrutura que faz com que a classe trabalhadora exista apenas econômica e socialmente, porém, não há nada no “ser” da classe trabalhadora que a limite a essas duas “esferas”, de tal forma que é possível conceber *outras estruturas* que atribuam *outros tipos de existência* à classe trabalhadora, no caso, uma existência política. Chamamos essa outra estrutura de comunismo. Nas palavras agora do próprio autor, o proletariado, na teoria clássica de Marx, “é ‘aquilo que não existe’. [Mas] isso não quer dizer, de modo algum, que ele não tem ser. Marx não pensa um instante que o proletariado não tem ser, dado que ele vai, ao contrário, empilhar volume sobre volume para explicar o que ele é. O ser social e econômico do proletariado não é duvidoso. O que é duvidoso, o que sempre foi e hoje é mais do que nunca, é a sua *existência* política. [...] Se tomamos as regras de aparição do mundo político, ele aí não aparece. Ele está aí, mas com grau de aparição mínimo, a saber, o grau de aparição zero. É evidentemente o que canta a *Internacional*: ‘Nós não somos nada, sejamos tudo!’. O que quer dizer ‘Nós não somos nada’? Aqueles que proclamam ‘Nós não somos nada [...] afirmam simplesmente que eles não são nada no mundo [*mundo*, para Badiou, é o que chamamos de “estrutura”] tal qual é, quando se trata de aparecer politicamente. Do ponto de vista do seu aparecer político eles não são nada. E o tornar-se ‘tudo’ supõe a mudança de mundo” (Badiou, 2022, p. 151).



Comemoração da vitória da Revolução Chinesa em Pequim, 1949

Dedicamos as próximas páginas para tentar demonstrar como se deu o acontecimento responsável pela libertação da China.

6. UNIVERSIDADE DE PEQUIM: SÍTIO ACONECIMENTAL

Em 1905, numa de suas tentativas de modernização, a dinastia Qing aplicou uma medida geradora de impactos incalculáveis para o futuro da China: ela aboliu o secular ritual de exames para o ingresso à burocracia (Lanza, 2010, p. 12). Claro, a intenção não era eliminar a ascensão dos jovens intelectuais aos cargos do Estado, mas simplesmente modernizá-lo. Almejava-se que o sistema escolar passasse a assumir a “função de produzir talentos para o Estado-nação” (Lanza, 2010, p. 13, tradução nossa). Porém, mesmo que de forma não intencional, um dos efeitos dessa medida foi alienar parte dos jovens intelectuais das funções do Estado. Toda uma geração teve suas ambições de ascender à burocracia estatal no mínimo comprometidas²³.

E se o afastamento da jovem intelectualidade de um futuro garantido no aparelho de Estado se inicia em 1905, ele atinge um novo patamar em 1917, ano da nomeação de Cai Yuanpei (1876-1940) para a presidência da Universidade de Pequim (Beida). Cai era um intelectual de 40 anos com uma fé inquebrantável no poder da educação e da ciência e que, após sua nomeação, passou imediatamente a defender uma *série de reformas e políticas internas* responsáveis que mudariam significativamente a relação de Beida com a estrutura estatal.

²³ Não é à toa que figuras-chave para a Revolução Chinesa, como Li Dazhao, personagem de peso no Movimento Quatro de Maio e na fundação do Partido Comunista Chinês (PCCh), ou Lu Xun, maior escritor revolucionário da China moderna, apresentam a história comum de terem tido sua ambição de ingresso à burocracia frustrada pelo fim dos exames (Shan, 2024, p. 25; Spence, 2010, p. 239).

De modo geral, a concepção fundamental que organizava as propostas de Yuanpei, tendo ele passado pela universidade alemã (Leipzig e Berlim), era a de que *a função da Universidade de Pequim deveria ser completamente antagônica ao burocratismo chinês* (Schwarcz, 1976, p. 46-47). Para ele, “a universidade, por sua própria natureza, era diferente de qualquer outro tipo de instituição de ensino superior: enquanto as escolas especializadas treinavam estudantes para carreiras práticas, a única preocupação da universidade deveria ser a pesquisa de alto nível” (Lanza, 2010, p. 76, tradução nossa). Ou seja, é devido à sua forte convicção sobre o valor da pesquisa pura e sua correlata obsessão de erradicar “o veneno do *keju* [exames imperiais] e o interesse pelos cargos oficiais que cala fundo em nossos compatriotas” (Yuanpei *apud* Lanza, 2010, p. 82, tradução nossa) que Yuanpei toma uma série de medidas visando, dentro de certos limites, “isolar” a Universidade de Pequim do restante do aparelho burocrático. Cursos mais “práticos”, como Economia e Engenharia, eram aos poucos abolidos e transferidos para outras universidades, para dar espaço unicamente à pesquisa científica ou filosófica. Dava-se aos estudantes uma liberdade inédita de acesso a obras estrangeiras e de estudo de qualquer tema que os interessasse, e até mesmo eram criadas organizações responsáveis por propagar um certo “monasticismo científico”, em detrimento de valores burocráticos²⁴.

Enfim, graças aos esforços de Yuanpei, a Universidade de Pequim se converteu no que chamamos de *sítio acontecimental*, isto é, um elemento de uma formação social determinado pela estrutura do modo de produção, mas cujos elementos “internos” não o são²⁵. Dito de outra forma: é fato que a Universidade de Pequim pertencia ao Estado chinês, se sustentava com verbas estatais e existia como efeito da estrutura estatal, porém, vista “internamente”, ela abrigava elementos afastados da estrutura burocrática, “pensadores que eram mais autônomos em sua posição social e mais intelectualizados” (Schwarcz, 1976, p. 26, tradução nossa), ou, para usar preciosa expressão de Vera Schwarcz: abrigava intelectuais “livres do fardo tanto da lealdade quanto da traição à tradição confuciana” (Schwarcz, 1976, p. 25, tradução nossa).

E, como era de esperar, tal afastamento relativo entre juventude e Estado, resultante das reformas de Yuanpei, deu aos estudantes e professores uma liberdade intelectual inédita. Tudo era debatido, da crítica literária à lógica formal, passando pela psicologia moderna (Schwarcz, 1976, p. 71). Nesse ambiente de amor profundo pelo novo, floresce também um *novo nacionalismo* — algo que já se desenvolvia entre os jovens intelectuais em geral, mas que tem em Beida sua vanguarda.

Dissemos mais acima que a burocracia chinesa era responsável por guardar uma identidade nacional. Esse novo nacionalismo nada tem a ver com isso. Não se trata mais de alguma esperança na capacidade de imperadores, presidentes ou burocratas, mas de uma ideologia que impulsionava jovens cada vez mais convictos de que sua missão era “salvar a China por baixo, despertando a consciência social de seus compatriotas” (Schwarcz, 1976, p. 24, tradução nossa), deixando a velha China morrer para criar uma *nova China*. Nas palavras

²⁴ Em 1918, por exemplo, o próprio Cai Yuanpei incentivou entusiasmadamente a formação da Associação para a Promoção da Virtude, uma espécie de “clube ético” para os estudantes que estimulava o “desenvolvimento moral” e proibia a seus membros a visita a prostíbulos, o alcoolismo, o consumo de carne e o exercício de cargos públicos (Lanza, 2010, p. 114). “Cargos oficiais eram vistos com extrema suspeita e tidos como piores do que a prática das apostas, a concubinação e a prostituição” (Lanza, 2010, p. 114, tradução nossa).

²⁵ “Um sítio é o efeito mínimo concebível de uma estrutura; pertence à situação, mas o que pertence a ele [seus “elementos internos”] não” (Badiou, 2005, p. 175, tradução nossa).

de Li Dazhao²⁶, “a velha China é uma flor a desvanecer; a China-primavera é uma flor prestes a nascer” (Dazhao, 2002, p. 301, tradução nossa).

Como veremos a seguir, é do *sítio acontecimental* de Beida e desse “novo nacionalismo” lá abrigado que surgiria o acontecimento responsável pela libertação da China.

7. O ACONTECIMENTO QUATRO DE MAIO

Um *sítio acontecimental* não é nenhuma garantia de que ocorrerá um acontecimento, mas sem ele, sem esse destacamento mínimo das estruturas, sabemos que não há chance de advir um acontecimento²⁷. No caso chinês, *o sítio da Universidade de Pequim, de fato, sediou um acontecimento*.

Tudo começou com o fim da Primeira Guerra Mundial. A China participou da guerra ao lado das forças da Entente por imaginar que, se as ajudasse a derrotar a Alemanha, em troca recuperaria a soberania sobre territórios da província de Shandong que estavam sob domínio alemão (Spence, 1990, p. 220). Assim, o governo deu uma significativa contribuição ao esforço de guerra enviando milhares de chineses para trabalhar em projetos ingleses e franceses em condições de brutal exploração (por via de regra, dez horas por dia, sete dias por semana, com folgas apenas nos feriados tradicionais), para, com isso, permitir a esses países enviarem mais cidadãos seus às trincheiras (Spence, 2010, p. 291), contribuição esta que custou milhares de vidas chinesas. Navios transportando trabalhadores chineses eram afundados e seus acampamentos, bombardeados por alemães, para não falar nas mortes devido às condições de trabalho (Spence, 2010, p. 291).

Dessa maneira, quando terminou a guerra e a Alemanha se rendeu, o governo chinês enviou uma comissão a Versalhes para negociar seus termos. Mais uma humilhação. Assim que a delegação chinesa chegou a Paris, foi surpreendida com a notícia de que os territórios em Shandong já haviam sido prometidos aos japoneses (Spence, 2010, p. 293).

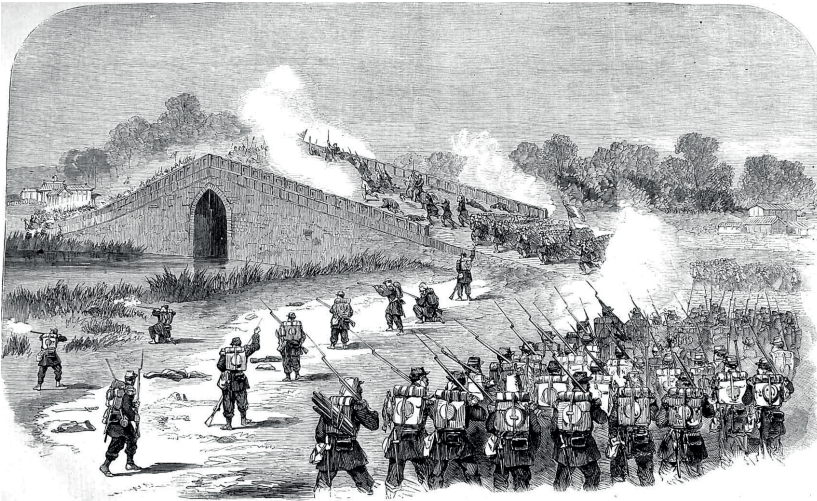
A indignação reinou nos círculos nacionalistas chineses. E é nesse contexto que alguns milhares de estudantes e intelectuais, tendo como vanguarda a Universidade de Pequim, decidiram agir. No dia 4 de maio de 1919, cerca de 3 mil pessoas se reuniram na praça Tiananmen e marcharam com a intenção de ir até a embaixada estadunidense entregar uma carta contendo as demandas sobre o território prometido (Lanza, 2010, p. 173-174; Spence, 2010, p. 311). Uma vez negada a entrada da massa estudantil no bairro das embaixadas, um bairro murado, com polícia própria e construído com o dinheiro das indenizações da Revolta dos Boxers, os estudantes foram até a casa de Cao Rulin, ministro das Comunicações acusado de representar interesses japoneses, a depredaram violentamente e então se dispersaram (Lanza, 2010, p. 176-177).

Esse, em resumo, foi o Movimento Quatro de Maio. Por que o consideramos um acontecimento decisivo para a libertação chinesa? Um olhar mais fino para a dinâmica do protesto revela nossos motivos. Em primeiro lugar, a praça Tiananmen. Por que começar o protesto lá? Porque se trata de um espaço portador de um forte significado histórico, que re-

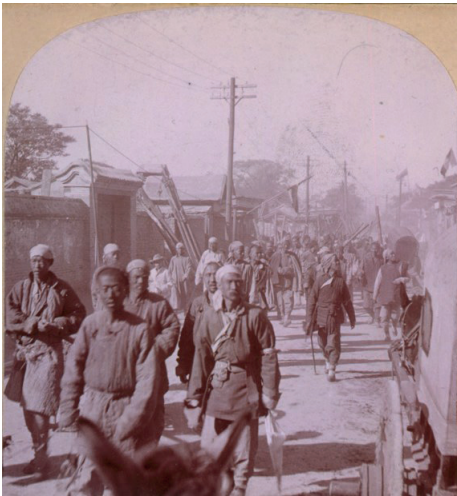
²⁶ Li, além de fundador do PCCh e personagem do Movimento Quatro de Maio, também teve grande influência em Beida. Ele foi diretor da biblioteca da universidade a partir de 1918 e professor lá a partir de 1920 (o texto em questão é ainda de 1916) (Shan, 2024, p. 105-107).

²⁷ “Não é porque existe um sítio na situação que há um acontecimento. Mas para ocorrer um acontecimento, é necessário haver a determinação local de um sítio” (Badiou, 2005, p. 179, tradução nossa).

Universal History Archive



Wimedia commons



Acima, gravura representando o ataque francês à Ponte Pa-Li-Chian, na China, datada de 1860; ao lado, grupo de boxers em Tianjin, 1901

mete às tradições imperiais. “Tiananmen é historicamente um ponto de comunicação entre a autoridade imperial e (pelo menos alguns dos) seus súditos” (Lanza, 2010, p. 169, tradução nossa). Segundo Lanza (2010), era lá que os éditos imperiais anunciavam o nascimento ou a morte de um imperador, era lá a entrada para a Cidade Imperial, por onde passavam os oficiais que iam peticionar ao imperador. Em suma, era um local central para a transmissão do poder estatal às massas urbanas e é por isso que foi escolhido para iniciar o Movimento Quatro de Maio. Mas há outro elemento a ser esclarecido. O que exatamente os estudantes foram fazer nesse local tão carregado de sentido? Aproveitar-se desse canal de comunicação para fazer suas demandas ao Estado? Aqui, uma atenção estruturalista mostra sua importância. Ainda de acordo com Lanza (2010), os protestantes de Quatro de Maio se reuniram, sim, em Tiananmen, mas — detalhe fundamental — *de costas para o Palácio Imperial*: “[O] palácio e o portão funcionaram apenas como um pano de fundo e foram virtualmente ignorados pelos estudantes, que literalmente viraram suas costas para eles” (Lanza, 2010, p. 171). Os jovens intelectuais, que tinham como vanguarda Beida, proclamavam suas mensagens e palavras de ordem olhando *para a rua em frente deles, para as massas*. Não se trava de uma demanda dirigida ao soberano da vez.

Era mais uma *invasão do futuro*. Um nacionalismo absolutamente diferente do nacionalismo da burocracia. Até então inexistente em uma formação social dominada pelas estruturas vigentes na China e cozinhado dentro do *sítio acontecimental* da Universidade de Pequim, esse novo nacionalismo ocupava o símbolo do poder estatal e de lá falava às massas. Com que autoridade? Com a autoridade a ele outorgada por uma *nova China*, uma China liberta ainda inexistente, mas que aparecia como um *flash* do futuro e permitia a esses jovens finalmente vislumbrarem sua existência por vir²⁸.

8. INCORPORAÇÃO: O PARTIDO COMUNISTA E OS CAMPONESES

Como já dissemos, pensamos acontecimento enquanto aparecimento, em uma formação social, de um elemento que não pertence às estruturas vigentes, que é *feito de uma estrutura que ainda não surgiu*. Os jovens que ocuparam Tiananmen em 4 de maio e falaram ousadamente às massas não são um efeito das estruturas do Estado chinês em declínio, acoplado ao modo de produção capitalista. Eles eram suporte de uma China liberta ainda por vir. Os primeiros cidadãos da futura República Democrática Popular da China.

Entretanto, como consequência de sua natureza contraditória, todo acontecimento é evanescente. A polícia dispersou os estudantes e, nos meses seguintes, reprimiu qualquer tentativa destes de falar às massas, chegando em junho de 1919 a usar a Universidade de Pequim como uma prisão para centenas de estudantes (Lanza, 2010). O que restou, então, do Quatro de Maio? Um vislumbre de um porvir e a tarefa de construir no agora essa existência futura. Se um acontecimento é aquilo que “atingiu como um raio, em um ponto, as leis do aparecer” (Badiou, 2022, p. 173), o próximo passo é trabalhar para o que Badiou chama de *incorporação*, isso é, a construção imprevisível, com os “materiais” existentes aqui, das novas estruturas que estabilizarão a existência desse elemento evanescente ou, se preferirmos, corpo.

No caso chinês, o corpo que resultou do acontecimento Quatro de Maio, a estrutura que trouxe à luz a libertação vislumbrada, constitui-se de dois elementos: o Partido Comunista e a massa camponesa mobilizada. Relatemos rapidamente tal desenvolvimento.

Mao, em seu clássico *Sobre a ditadura democrático-popular*, relaciona o Quatro de Maio e a fundação do PCCh da seguinte forma: “Em 1919, a China viveu o Movimento Quatro de maio. Em 1921, o Partido Comunista Chinês foi fundado” (Mao, 1972, p. 407, tradução nossa). Dois eventos consecutivos, sendo que o segundo aparece quase como um desdobramento lógico do primeiro. Consideramos tal caracterização precisa. De fato, os primeiros comunistas eram *majoritariamente* “intelectuais [que] buscaram a ideologia comunista como um meio de salvação nacional” (Shan, 2024, p. 134, tradução nossa), como uma ferramenta útil para trazer ao mundo a nova China. Não é mera coincidência que, dos 13 delegados que participaram da fundação do Partido Comunista, em junho de 1921, 6 tinham laços com a Universidade de Pequim, e 52 dos 53 membros fundadores eram intelectuais — 21 deles, estudantes ou funcionários de Beida (Shan, 2024, p. 149-152).

Todavia, não é só a fidelidade ao Quatro de Maio que caracteriza o PCCh como sua incorporação, ainda mais importante é o fato de que o partido era uma das únicas organizações dedicadas a *ativar* as massas. Enquanto o Kuomintang (KMT), seu grande rival, “se manteve como uma estrutura conspiracionista, distante do povo que julgava representar e

²⁸ Num acontecimento “vem a existir maximamente aquilo que, anteriormente e unanimemente, não existia” (Badiou, 2022, p. 109).

fechado às manifestações revolucionárias populares”, voltando-se “para o povo chinês com um olhar superior e sombrio” (Barbosa, 2019, p. 129), o PCCh ambicionava ser um partido de ativação das massas, “um partido político do povo comum, dos trabalhadores” (Dazhao *apud* Shan, 2024, p. 146, tradução nossa).

E é exatamente essa característica que permitiu ao Partido Comunista Chinês se ligar às massas camponesas e mobilizá-las politicamente para a libertação. Mao, em sua biografia relatada a Edgar Snow, expõe brilhantemente a imprevisível adição das massas camponesas ao corpo que se formava, com todos os seus elementos de aleatoriedade e de aposta:

*Eu não concebia o grau de luta de classes entre os camponeses, mas após o massacre de 30 de maio de 1925 [quando a polícia atirou em manifestantes que reivindicavam a soberania de Xangai], e durante a grande onda de atividade política que o acompanhou, os camponeses hunaneses [habitantes da província chinesa de Hunan] se tornaram bastante combativos. Deixei minha casa [...] e comecei uma campanha de organização rural. Em alguns meses, tínhamos formado mais de 20 associações camponesas, e havíamos despertado a fúria dos senhores de terra, que exigiam minha prisão (Mao *apud* Snow, 2023, p. 192).*

A partir daí, a partir do encontro entre o partido e os camponeses (para o qual o relato pessoal de Mao serve como uma potente metáfora), os traços fundamentais da estrutura da nova China estavam dados. Ainda haveria muito trabalho a ser feito. A liderança do partido, representada na figura de Chen Duxiu, era dogmaticamente apegada à ideia de que a revolução viria pelo operariado urbano, de forma que aquela liderança precisava ser derrotada politicamente²⁹, bem como seriam necessários longos anos de experimentação para organizar os camponeses no Exército Popular (EP). Porém, o novo já se desenhava. O Partido Comunista, enquanto verdadeiro corpo de um acontecimento, passaria finalmente a ativar os camponeses. Surgia aí a estrutura que, em 1949, materializaria o *raio acontecimental* vislumbrado pelos jovens de 1919.

9. À GUIA DE CONCLUSÃO: DA INVENCIBILIDADE DO EXÉRCITO POPULAR

Para finalizar este artigo, gostaríamos de fazer alguns breves comentários sobre as surpreendentes vitórias alcançadas pelo Exército Popular ao longo do processo de libertação chinesa. Assim procedendo, acreditamos que será possível dar mais força à nossa proposta de explicar o processo revolucionário chinês a partir da aparelhagem teórica de Badiou³⁰.

Os triunfos do exército de Mao são indiscutíveis. Resistiu a cinco “campanhas de cerco e aniquilamento” impondo quatro vitórias militares ao mais numeroso e bem armado exército do Kuomintang, realizou a Grande Marcha, expulsou os invasores japoneses e, numa segunda guerra civil, venceu e expulsou em definitivo o KMT. É, aliás, esse espantoso acúmulo de vitórias que “a tradição marxista-leninista sintetiza na célebre fórmula ‘A guerra popular é invencível’” (Badiou, 1975, p. 92, tradução nossa). Como explicá-lo?

²⁹ “Ele [Chen Duxiu] não entendeu o papel dos camponeses na revolução e subestimou grandemente suas possibilidades neste período. [...] Minhas opiniões, que exigiam pela [sic] rápida intensificação do embate agrário, sequer foram discutidas, pois o Comitê Central, também dominado por Chen Duxiu, se recusou a trazê-las para reflexão” (Mao *apud* Snow, 2023, p. 195).

³⁰ Na realidade, a tese que defendemos aqui foi esboçada pelo próprio Badiou (1975, p. 93-96) em sua fase maoista.



Propaganda retrata um ocidental e um senhor da guerra chinês torturando manifestante durante o massacre de 30 de Maio, violenta repressão contra trabalhadores e estudantes chineses em Xangai

Uma resposta satisfatória demanda um breve desvio para tratar da estratégia militar de Mao³¹. De maneira sintética e esquemática (e até um tanto imprecisa), a guerra popular maoista segue o seguinte protocolo de quatro etapas, que se sucedem numa espiral crescente:

1. Compõe-se o Exército Popular pelas *massas camponesas* libertas e organizadas. Em termos de organização das massas, o EP se destaca por uma peculiar *igualdade* interna, com pouca diferença entre os tipos de alojamento usados por comandantes e por soldados e a quase ausência de formalidade hierárquica (Snow, 2023, p. 320), visto que, de modo geral, a única hierarquia existente é aquela conquistada pela experiência em batalha.
2. Uma vez formado esse exército a partir das *massas camponesas*, em luta para consolidar e expandir sua libertação e organizadas através de uma expressiva democracia interna, passa a florescer em seu seio “a unidade entre comandantes e soldados” (Mao, 1970, p. 292, tradução nossa), peça fundamental para o tipo de guerra que se irá praticar, uma guerra que cobrará extremas paciência e confiança por parte dos soldados, uma vez que seus princípios de “defensiva estratégica” e “contraofensiva estratégica” postulam que o exército só pode travar batalha quando a vitória é certa, o que demanda a execução de constantes retiradas, muitas vezes abandonando territórios conquistados, à espera do momento certo para atacar e só o fazendo quando constatada uma vantagem clara. Nos versos formulados por Mao: “Inimigo avança, eu recuo!// Inimigo

31 Baseamo-nos aqui na estratégia da guerra revolucionária antijaponesa exposta nos três escritos clássicos de Mao (1970): *Estratégia da guerra revolucionária chinesa*, *Questões estratégicas da guerra de guerrilhas contra o Japão* e *Sobre a guerra prolongada*. Há algumas diferenças para com a estratégia mobilizada nas guerras civis, mas o fundamental mantém-se igual.

- estaciona, eu perturbo!/ Inimigo cansa, eu ataco!/ Inimigo recua, eu persigo!” (Mao *apud* Snow, 2023, p. 210).
3. Seguindo os princípios acima, as forças revolucionárias tendencialmente conquistam territórios em posse do inimigo. O próximo passo, então, é libertá-los da opressão dos imperialistas e dos senhores de terras, criar “um governo com delegados eleitos pela população local, [... realizar] uma reforma agrária, [... organizar] creches, postos de saúde e escolas” (Barbosa, 2019, p. 165). Ao fim do processo, as áreas vermelhas devem ter sido transformadas numa terra de liberdade maximal (inclusive no âmbito artístico). A ideia explícita de Mao era converter “a maior parte do território chinês, em especial as regiões agrárias, numa área de progresso e luz”, em contraste com as áreas dominadas pelo Japão ou pelo Kuomintang, cada vez mais tidas como “regiões de reação e escuridão” (Mao, 1970, p. 242-243, tradução nossa).
 4. A *massa camponesa*, sob uma liberdade inédita, não mais vítima de uma brutal exploração econômica, aprendia “a não viver como antes e formava milícias, as quais ajudavam os combatentes do Exército Vermelho a enfrentar o verdadeiro inimigo” (Barbosa, 2019, p. 165). Milícias e também unidades guerrilheiras que, além de ter um papel destacado no esforço de guerra, com o tempo e a experiência se converteriam em novas tropas do Exército Popular (Mao, 1970, p. 189).

Como se lê no item 1 acima, o Exército Popular é composto “pelas *massas camponesas* libertas e organizadas”. Aqui, basta ao leitor atentar para quantas vezes usamos o termo *massas camponesas*, e o segredo dos triunfos da guerra popular automaticamente se revela. Lembremos aqui um dos argumentos longamente defendidos neste artigo: a principal causa da impotência do antigo Estado chinês ante o imperialismo era sua incapacidade estrutural de ativar as massas camponesas para além do apoio às dinastias. Ora, o EP era parte de uma *nova estrutura*, produto da incorporação do acontecimento Quatro de Maio, e não sofria mais esse interdito. Essa é a diferença. *As estruturas de uma formação social determinam o tipo de guerra que ela pode realizar, e a guerra popular era monopólio da nova China que surgia em Yenan* — Mao (1972) dizia que lutava contra o Japão para criar a *nova China*. É esse o segredo das vitórias militares de Mao, sua superioridade não era uma mera vantagem quantitativa que o inimigo poderia reverter com mais tropas, armas ou dinheiro, era uma diferença qualitativa.

* Graduado em Ciências Sociais e mestre e doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisador do Grupo de Estudo de Política da América Latina (Gepal). *E-mail*: joapedrosbsluques@gmail.com

► Texto recebido em 5 de fevereiro de 2025; aprovado em 14 de junho de 2025.

- ALTHUSSER, Louis. **Philosophy of the encounter: later writings (1978-1987)**. London; New York: Verso, 2006.
- _____. **What is to be done?**. Cambridge: Polity Press, 2020.
- AMIN, Samir. **Eurocentrism**. New York: Monthly Review Press, 2009.
- _____. **Theory is history**. New York: Springer, 2014.
- BADIOU, Alain. **Being and event**. London; New York: Continuum, 2005.
- _____. **Manifesto pela filosofia**. São Paulo: Lavrapalavra, 2022.
- _____. **Theorie de la contradiction**. Paris: François Maspero, 1975.
- BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Escritos estratégicos**. São Paulo: Maria Antonieta, 2019.
- CHEN, Po-ta. **A study of land rent in pre-liberation China**. Beijing: Foreign Language Press, 1966.
- CHESNEAUX, Jean et al. **China from the Opium Wars to the 1911 Revolution**. New York: Pantheon Books, 1976a.
- _____. **Le mouvement paysan chinois 1840-1949**. Paris: Editions du Seuil, 1976b.
- HALLWARD, Peter. **Badiou: a subject to truth**. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 2003.
- DAZHAO, Li. Spring. In: BARLOW, Tani E. **New Asian Marxisms**. Durham; London: Duke University Press, 2002.
- HAN, Fei Tzu. **The complete works of Han Fei Tzu**. London: Arthur Probsthain, 1939.
- JULLIEN, François. **A propensão das coisas**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- LANZA, Fábio. **Behind the gate: inventing students in Beijing**. New York: Columbia University Press, 2010.
- MAO, Zedong. **Textes choisis de Mao Tsetoung**. Beijing: Editions en Langues Etrangères, 1972.
- _____. **Theorie des Guerillakrieges oder Strategie der Dritten Welt**. Hamburg: Rowohlt, 1970.
- MARX, Karl. Formas que precederam a produção capitalista. In: _____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____.; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Arquivo Marxista na Internet**, 12 fev. 2005. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap1.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- REY, Pierre-Philippe. **Les alliances de classes**. Paris: Maspero, 1973.
- SAES, Décio. Considerações sobre a análise do sistema de classes. In: GALVÃO, Andrea. **Marxismo e ciências humanas**. São Paulo: Xamã; Fapesp; Cemarx, 2003.
- _____. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas: IFCH-Unicamp, 1998.
- SCHWARCZ, Vera. **The Chinese enlightenment**. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1976.
- SHAN, Patrick Fullian. **Li Dazhao: China's first communist**. New York: Sunny Press, 2024.
- SINEDINO, Giorgio. Comentários. In: CONFÚCIO. **Os Analectos**. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2015.
- SNOW, Edgar. **A estrela vermelha brilha sobre a China**. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.
- SPENCE, Jonathan. **The search for modern China**. New York; London: W. W. Norton & Company, 1990.
- WOLF, Eric. **Peasant wars of the twentieth century**. Norman: University of Oklahoma Press, 1999.